

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.942 - PE (2019/0044360-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : BERGSON JOSÉ NOGUEIRA DO NASCIMENTO - PE020645
RECORRIDO : CARLOS ALBERTO HENRIQUE DE MACEDO
RECORRIDO : TOK BABY DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA
ADVOGADOS : WAGNER BEZERRA DE MELO E OUTRO(S) - PE037829D
JOSÉ ALISSON DE MELO ALBUQUERQUE - PE043414D

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fls. 142/143):

TRIBUTÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. ANUIDADES. INCABIMENTO DA COBRANÇA EM RELAÇÃO AO PERÍODO ENTRE 2012 E 2014. EMPRESA EM INATIVIDADE. ANUIDADES DE 2015 E 2016. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO PREVISTO NO ART. 8º DA LEI Nº 12.514/2011.

I. Trata-se de apelação de sentença que extinguiu o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC e determinou a desconstituição da CDA nº 00360, considerando que os valores cobrados referentes às anuidades dos anos de 2012 a 2014 não prevalecem porque a empresa se encontrava em inatividade entre período de 2008 a 2014, e que as duas anuidades restantes (2015 e 2016) não são suficientes para atingirem o patamar previsto no art. 8º da Lei nº 12.514/2011. Condenou a exequente ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do art. 85, §2º e § 8º c/c art. 8º, do CPC/2015, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em conta que o valor da causa é reduzido.

II. Defende o recorrente que a sentença deve ser reformada, porquanto, o juiz monocrático interpretou que a pessoa jurídica executada não atua, ou ao menos não atuou no mercado, entre os anos de 2008 e 2014, via de consequência, entendeu por acolher a pretensão contida na exceção de pré-executividade para desconstituir os débitos referentes às anuidades de 2012; 2013 e 2014, ao tempo em que, em relação aos débitos remanescentes constantes da Certidão de Dívida ativa que instrumentaliza o crédito executado, anuidades de 2015 e 2016, por não serem suficientes para atingir a regra estabelecida pelo artigo 8º, da Lei 12.514/11. Diz que não existe prova do cancelamento de registro da empresa recorrida. Argumenta que o artigo 3º, da Lei de Execuções Fiscais - 6.830/80 dispõe que a dívida ativa regularmente inscrita, como ocorre no caso da presente execução fiscal, goza da presunção de certeza e liquidez, enquanto o parágrafo único do referido dispositivo legal ressalva a possibilidade de ilidir tal presunção tão somente mediante prova inequívoca, atribuindo o encargo ao devedor/executado ou terceiro, a quem aproveite, o que não ocorreu no caso sub examine.

III. O fato gerador das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais é o efetivo exercício da atividade profissional, o qual é presumido pela inscrição

no referido órgão. Essa presunção, por ser relativa, pode ser afastada caso comprovado o não exercício da profissão no período contemplado. (TRF 5ª Região, AC586891/PE, Des. Federal Carlos Rebêlo Júnior, julgamento: 31/03/2016; AC 592565/PE, rel. Des. Federal Cid Marconi, DJe 15.2.2017). Não é devida a anuidade por empresa inativa, já que não mais há o exercício da atividade básica que enseja o registro no conselho.

IV. No caso, no que tange à alegação de inatividade da empresa no período de incidência das anuidades, embora inexista notícia de que houve o requerimento formal do cancelamento da inscrição, também há de se considerar que não qualquer prova do registro da inscrição. Além disso, verifica-se a juntada das declarações de inatividade da empresa referentes aos anos de 2008 a 2014 (Ids. 4058302.5139731 e 4058302.5066481) entregues em março de 2009, em março de 2010, em março de 2011, em março de 2012, em março de 2013, em março de 2014 e em março de 2015 à Receita Federal do Brasil, o que gera a presunção de veracidade das alegações da parte executada. Assim, comprovada que a empresa estava em inatividade desde 2008, descabida é a cobrança dos períodos de 2012 a 2014.

V. Quanto às anuidades referentes aos anos de 2015 e 2016 restantes, há de se entender que estas não são suficientes para autorizar o prosseguimento da execução. Isso porque, nos termos da Lei nº. 12.514/11, que trata das contribuições devidas às autarquias fiscalizadoras do exercício profissional, os Conselhos na executarão dívidas judicialmente de anuidades inferiores a quatro vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica.

VI. Este colegiado vem entendendo que mesmo que parte das anuidades seja considerada nula, seu valor se agrega ao montante da execução, em razão do princípio da , para fins de perpetuatio jurisdictionis aplicação do aludido art. 8º da Lei nº 12514/2011. Segue trecho da sessão de julgamento ocorrida em 05/07/2016: " Mas penso que não é o caso de ampliar a abrangência da disposição para entender que ela quis referir-se a quatro vezes o maior valor possível. Se o conselho fixa um valor menor do que lhe seria possível fixar, é quatro vezes esse valor menor que atende à exigência da lei, ao meu sentir". (Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira).

VII. Mantida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do art. 85, §2º e § 8º c/c art. 8º, do CPC/2015, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em conta que o valor da causa é reduzido.

VIII. Honorários recursais fixados em 2% acrescidos sobre os honorários advocatícios.

IX. Apelação improvida.

Nas suas razões, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 4º e 5º da Lei 12.514/2011. Para tanto, sustenta que o fato gerador que autoriza a cobrança da anuidade corresponde tão somente ao registro ativo perante o respectivo Conselho Profissional (e-STJ fl. 166).

Contrarrazões às e-STJ fls. 186/207.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 209).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016)

serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

A análise dos autos demonstra que o Tribunal de origem assentou sua decisão em dois fundamentos, quais sejam, (a) "o fato gerador das anuidades devidas aos Conselhos Profissionais é o efetivo exercício da atividade profissional, o qual é presumido pela inscrição no referido órgão" e, no caso, "comprovada que a empresa estava em inatividade desde 2008, descabida é a cobrança dos períodos de 2012 a 2014" e (b) de acordo com o art. 8º, da Lei 12.514/2011, os Conselhos não executarão dívidas judicialmente de anuidades inferiores a quatro vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica e, *in casu*, as anuidades de 2015 e 2016 não são suficientes para autorizar o prosseguimento da execução (e-STJ fls. 140/141).

Contudo, nas suas razões (e-STJ fl. 161/179), o recorrente se limitou a atacar o primeiro fundamento supramencionado, o que inviabiliza o conhecimento do apelo nobre quanto ao ponto, nos termos da Súmula 283 do STF.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 9º, 10, 805, 833, 860 E 867 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. IMPENHORABILIDADE DOS VALORES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. ORDEM LEGAL. AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO DO DEVEDOR. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

IV - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.812.730/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/2019, DJe 09/10/2019).

Por fim, resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração dessa verba, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator